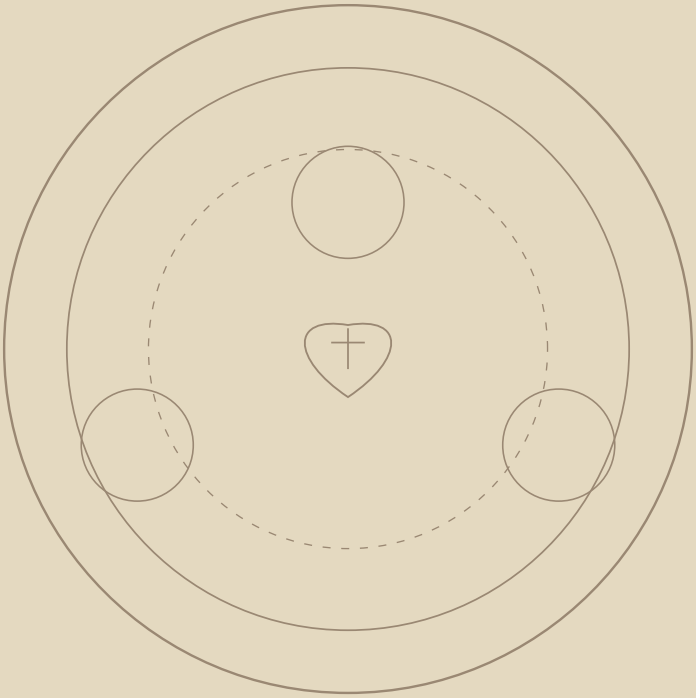
Confessionalidade não-idólatra

(ou: habitar uma casa sem trancar as janelas)



Fernando Almeidda

Gramática luterana, liberdade cristã
e o risco de idolatrar a própria confissão

2026

À minha querida companheira, Iara,
e ao meu amado primogênito, Tomás Filipe,
que são a força e o carinho que sustentam
cada página desta pequena obra.

E aos reverendos Leandro Hübner,
Maycon Emmanuel e Marthyn Bauer,
que me mostraram — cada um a seu modo —
que pensar demais não é incompatível
com crer fielmente.

Confessionalidade não-idólatra

(ou: habitar uma casa sem trancar as janelas)

Gramática luterana, liberdade cristã
e o risco de idolatrar a própria confissão

Fernando Almeidda

2026

Eu uso o luteranismo como gramática, não como dogma. E essa frase — que apareceu quase de passagem no ensaio anterior (*O que eu faço*), meio escondida entre parênteses e referências — acabou se revelando a coisa mais importante que eu disse. Mais importante que o *Umgreifende*, mais importante que a fé filosófica, mais importante que qualquer costura entre Jaspers e Schleiermacher. Porque é uma frase que toca no problema mais antigo e mais urgente da vida cristã: como habitar uma tradição sem fazer dela um ídolo. Como confessar sem fossilizar. Como ter raízes sem estar enterrado.

O nome que eu dou a isso — e que até aqui eu mesmo tratei como nota de rodapé — é confessionalidade não-idólatra. Não é um conceito de manual. Não tem verbete em dicionário teológico. Não foi apresentado em congresso nenhum. Mas é, talvez, a coisa mais honesta que eu já articulei sobre a minha própria fé — e sobre a fé de qualquer pessoa que leve a sério tanto a tradição quanto a liberdade.

Gramática estrutura a fala sem determinar o conteúdo. Ela te dá as regras do jogo, mas não joga por você. E isso é exatamente o que uma tradição confessional viva deve fazer: formar sem aprisionar. Quando digo que o luteranismo é minha gramática, digo: quando preciso articular alguma coisa sobre fé, graça, sacramento, pecado, justificação — o vocabulário luterano já está lá, operando nas minhas premissas antes que eu decida invocá-lo. É o meu sotaque teológico. Mesmo quando estou lendo Bultmann, Tillich, Küng, Rahner, Cupitt, Talmage ou até Spinoza — o sotaque está lá. Não como filtro que distorce, mas como solo de onde eu falo.

A analogia não é casual. Wittgenstein — o tardio, o das *Investigações Filosóficas*, não o do *Tractatus* — abandonou a ilusão de uma linguagem lógica perfeita e descobriu que a linguagem é forma de vida. Que ela só funciona dentro de jogos concretos, entre pessoas concretas, em situações que nenhum manual prevê. Eu faço isso com o luteranismo: ele me dá a forma de vida — litúrgica, comunitária, sacramental, reflexiva — mas eu não vivo dentro dele como se fosse uma caixa. Vivo com ele, através dele, apesar dele, em diálogo crítico permanente com ele. Uma confissão não é uma caixa. É uma casa. E casas têm janelas.

Habitar uma casa sem trancar as janelas — essa é a imagem. Não é sair da casa. Não é demolir a casa. Não é fingir que a casa não existe enquanto se dorme no jardim. É estar dentro, com as portas destrancadas, com o ar circulando, com a possibilidade permanente de que alguém bata e entre — e que a conversa mude alguma coisa. Gadamer chamaria isso de fusão de horizontes: a tradição que só vive quando o intérprete a reinterpreta, quando o herdeiro herda transformando. Eu chamo de confessionalidade não-idólatra. A diferença entre as duas formulações é que a minha carrega uma acusação implícita: a de que existe, sim, uma confessionalidade idólatra. E ela é mais comum do que se admite.

A ilusão não é interpretar. A ilusão é achar que não se interpreta.

Essa frase — que parece uma provocação de bar, mas é Gadamer puro — é o ponto de partida de tudo o que segue. Em *Verdade e Método*, Gadamer demonstra algo que deveria ser óbvio, mas que a maioria dos crentes (e dos não-crentes) resiste com unhas e dentes: toda compreensão é interpretação. *Alles Verstehen ist Auslegen*. Não existe leitura neutra. Você sempre lê de algum lugar, com alguma pré-compreensão — *Vorverständnis* —, dentro de algum horizonte histórico e cultural. A pessoa que abre a Bíblia achando que está lendo "o que o texto diz" sem mediação hermenêutica já está interpretando — só não sabe. E a que sabe, mas finge que não, é pior: está sendo desonesta consigo e com o texto.

Isso não é relativismo. É honestidade epistemológica. Reconhecer que toda leitura é situada não significa que toda leitura é arbitrária. Significa que toda leitura é responsável — responsável diante do texto, diante da comunidade, diante da tradição que a precede e que continua depois dela. A diferença entre o leitor ingênuo e o leitor hermeneuticamente consciente não é que o primeiro "entende o texto" e o segundo "distorce o texto". É que o primeiro não sabe que está interpretando — e o segundo sabe, e por isso pode ser corrigido.

Mas — e aqui a coisa complica, como sempre — há um segundo problema, que é o inverso do primeiro: o problema não é só a mediação interpretativa. É quando ela se torna autônoma. Quando o intérprete esquece que interpreta dentro de algo maior que ele — dentro de uma tradição, de uma comunidade, de uma história dos efeitos que Gadamer chama de *Wirkungsgeschichtliches Bewußtsein*, consciência da história dos efeitos — e começa a achar que sua interpretação é soberana. Que ele é senhor do sentido. Que o texto é matéria-prima da sua criatividade hermenêutica. Isso não é liberdade interpretativa. Isso é narcisismo exegético. E produz tanto estrago quanto o literalismo que finge não interpretar.

Meu primeiro contato com a IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil) de Sorocaba foi com o reverendo Leandro Hübner — no início de 2023, virtualmente, como quase tudo começa nesta era. Devo dizer que o homem teve uma perspicácia admirável para lidar com o meu jeito, digamos, brutalmente e empolgadamente questionador. Eu cheguei fazendo o que faço: enchendo de perguntas. Sobre sacramento, sobre confissão, sobre hermenêutica, sobre tudo o que me coçava na alma naquela semana. Ele me respondeu, na medida do possível, com um misto de cordialidade e zelo pastoral que eu não estava acostumado a encontrar — porque a maioria dos pastores que eu havia conhecido ou não sabia responder ou não queria. Hübner fez os dois. E isso abriu a porta.

(Confissão dentro da confissão: eu o vi pessoalmente uma única vez — num estudo bíblico na casa de um irmão, aqui em Araçoiaba da Serra, cidadezinha vizinha de Sorocaba, distando uns dezessete quilômetros que para um sujeito com TDAH e agorafobia funcionam como dezessete anos-luz. Era ele quem iria batizar meu filho. Mas o TDAH — sem usar como desculpa, mas já usando — me fez procrastinar a ida à congregação enquanto ele ainda pastoreava lá. E no meio para o final de 2024, Hübner recebeu chamado para pastorear uma congregação no interior do Espírito Santo. Partiu. E eu fiquei com a porta aberta e a culpa de não ter atravessado enquanto era tempo. Mantenho contato esporádico — como pastor, ele é ocupado, e eu tendo a respeitar isso. Mas o que ele fez por mim naquele início não se mede em frequência de mensagens. Mede-se no fato de que, sem aquela primeira escuta, nada do que se segue teria acontecido.)

Quem assumiu a congregação de Sorocaba e região foi o reverendo Maycon Emmanuel — que também não escapou da minha artilharia interrogativa, coitado. Foi Maycon quem, em janeiro de 2025, batizou Tomás Filipe, nosso primogênito. E que veio ao aniversário do meu filho e ao meu, ambos no ano passado. Eu deveria ter retribuído com presença na congregação — mas a verdade nua é que estou procrastinando essa visita há cerca de um ano, o que diz menos sobre minha fé e mais sobre a minha relação patológica com deslocamento físico. Maycon, se lê isto: a dívida é real e confessada.

E foi já em dezembro de 2025 — bem recentemente, portanto — que encontrei Marthyn Bauer. Bauer pastoreia a congregação de Pontal do Paraná, o que significa que nunca nos vimos pessoalmente. Nos conhecemos numa comunidade chamada TAL — Tradição Anglo-Luterana —, criada pelo meu colega Char (Charles, também luterano), um desses espaços de debate teológico que só existem na era digital e que oscilam entre a erudição genuína e o caos absoluto, dependendo do dia. Simpatíssimo, acessível e rigorosamente erudito ao mesmo tempo — o que é mais raro do que deveria ser —, Bauer não demorou a receber o mesmo tratamento que eu havia dado a Hübner e a Maycon: fui enchê-lo de perguntas. O sujeito, em vez de fugir ou me despachar com um versículo, entrou no jogo. E foi numa dessas maiêuticas — que é como eu chamo, com pompa socrática e vergonha zero, as conversas em que eu pergunto compulsivamente até que algo se ilumine — que ele me trouxe os insights que se tornaram a base deste ensaio.

Eu tinha medo. Medo real, não retórico. Medo de que minha lucidez hermenêutica — esse hábito incurável de perceber que estou interpretando enquanto interpreto — me colocasse fora da comunhão eclesial. Que meu "pensar demais" fosse incompatível com "crer fielmente". Que a consciência hermenêutica fosse, para a igreja confessional, uma espécie de doença a ser curada — ou, pior, tolerada com condescendência.

Bauer me mostrou o contrário. Não com condescendência. Não com simplificação. Com teologia adulta. Me disse, em outras palavras — e eu traduzo para o gadamerês que é minha segunda língua: você interpreta dentro da tradição luterana confessional, com a comunhão dos santos, sob a autoridade da Escritura. Isso não anula sua interpretação; a disciplina eclesialmente. Não é você que molda a Confissão; é a Confissão que vai moldando seu olhar, justamente através do ato consciente de interpretação. Isso é puro *Horizontverschmelzung* — fusão de horizontes. Você não se anula diante do texto, nem o domina. Entra num jogo hermenêutico onde ambos são transformados. Você traz seu horizonte — suas perguntas, seus pressupostos, sua situação histórica —, o texto traz o dele, e no encontro, ambos se modificam. A Confissão te questiona tanto quanto você a questiona. E a comunidade — não apenas a igreja visível presente, mas a *communio sanctorum* estendida no tempo — funciona como o horizonte mais amplo que impede o solipsismo hermenêutico sem te aprisionar num magistério externo que pensa por você.

O que o reverendo Bauer me deu — e eu meço as palavras — foi algo raro: uma confessionalidade que não exige lobotomia intelectual para funcionar. Que não me pede para fingir que não interpreto. Que não me pede para suspender a consciência crítica na porta do templo como quem tira os sapatos. Mas que também não me autoriza a achar que minha interpretação é soberana — porque eu não interpreto sozinho. Interpreto com a Igreja. E a Igreja me precede, me excede e, nos seus melhores momentos, me corrige.

(Não é detalhe irrelevante: em dezembro de 2024, Iara e eu fizemos profissão de fé na IELB de Sorocaba. Em janeiro de 2025, Maycon batizou Tomás Filipe. Conto isso não como curriculum vitae eclesiástico, mas porque importa registrar que a confessionalidade não-idólatra de que falo aqui não é abstração de gabinete. Tem água, tem altar, tem data no calendário. Tem a mão do reverendo Maycon sobre a cabeça do meu filho. A gramática virou carne — e eu tremi.)

(Permita que a Palavra te julgue e a Confissão te eduque; e que ambas te interpretem. — Isso é, em síntese, o que ele me ensinou. Gadamer tem uma frase famosa: "Ser histórico significa nunca se esgotar no saber-se." Ou seja: você nunca tem controle total sobre os pressupostos que governam sua compreensão. Você é mais interpretado pela tradição do que interpreta a tradição. Mas isso não é passividade. É receptividade ativa. Você se coloca diante do texto não como senhor, mas como ouvinte — mas um ouvinte que pensa, questiona, dialoga.)

A confessionalidade não-idólatra se define, em parte, por aquilo contra o que se posiciona. E ela se posiciona contra dois inimigos simultâneos — o que a torna desconfortável para quase todo mundo.

De um lado: o protestantismo liberal solitário. O crente que se emancipou de toda tradição, de toda comunidade, de todo vínculo confessional — e que confunde essa emancipação com maturidade espiritual. O sujeito que monta sua própria teologia como quem monta uma *playlist*: um pouco de Paulo, uma pitada de Buda, três gotas de estoicismo, uma citação de Rumi fora de contexto e pronto — "minha espiritualidade". Isso não é liberdade cristã. É consumismo espiritual. É o mesmo individualismo contemporâneo que corrói tudo — só que vestido de toga e com incenso. A fé que não se submete a nada além de si mesma não é fé. É preferência.

Do outro lado: o autoritarismo eclesial. O confessionalismo que confunde fidelidade com obediência burocrática. Que trata a Confissão de Augsburgo como se fosse o Quinto Evangelho gravado em pedra. Que exige adesão sem reflexão, repetição sem compreensão, submissão sem diálogo. Que olha para quem pergunta como quem olha para um suspeito — e que, no fundo, tem mais medo da pergunta do que confiança na resposta. Esse tipo de confessionalismo é, paradoxalmente, a forma mais eficiente de matar aquilo que confessa. Porque uma confissão que não pode ser questionada não pode ser verdadeiramente confessada — só repetida. E repetição sem compreensão é papagaiagem, não fé.

Sou anti-individualista — contra o protestantismo liberal solitário que acha que a fé é assunto privado. Mas sou igualmente contra o autoritarismo eclesial que acha que a fé é assunto do magistério e ponto final. Habito um pensar em tradição, mas não preso pela tradição. Se isso soa como uma posição impossível — bem-vindo ao meu endereço existencial. É desconfortável. Mas é honesto.

A questão que ninguém quer enfrentar é esta: Gadamer admite que toda tradição é contestável. Que não há tradição final, fechada, imune à revisão. Sempre há espaço para diálogo com outras tradições, para transformação. A confessionalidade não-idólatra aceita isso — mas não para aí. Porque aceitar que a tradição é contestável não é o mesmo que dizer que ela é descartável. Contestar é dialogar de dentro. Descartar é sair pela porta dos fundos fingindo que nunca morou ali.

A fidelidade confessional — e aqui eu falo com cuidado, porque sei que a palavra "fidelidade" já foi sequestrada por gente que a usa como sinônimo de obediência cega — a fidelidade confessional real é outra coisa. É a disposição de permanecer dentro da tradição não porque ela seja perfeita, mas porque ela é o lugar de onde você fala. O chão que sustenta sua voz. Não um chão de mármore, liso e impenetrável — mas um chão de terra, com rachaduras, com raízes, com bichos embaixo. Vivo. E chão vivo não é chão que não muda. É chão que muda sem deixar de ser chão.

Lutero sabia disso. A fórmula dele continua sendo a coisa mais perigosa que a Reforma produziu: o cristão é senhor libérrimo de todas as coisas, e servo de todos. As duas ao mesmo tempo. Não uma coisa depois da outra. Liberdade e serviço como faces da mesma moeda — e a moeda é a graça. Quem entende só a primeira metade vira liberal. Quem entende só a segunda vira autoritário. Quem tenta viver as duas ao mesmo tempo — bem, esse é o cristão luterano de verdade. E não dorme muito bem, diga-se.

(Mas há o Catecismo Maior de Lutero. Aquele que o próprio autor relia — não porque dominava, mas porque precisava ser reeducado. Eu sempre leio. Não porque concorde com tudo — mas porque alguém antes de mim já pensou, já tremeu, já duvidou — e sobreviveu à dúvida. E deixou o registro. E o registro não é manual de instrução: é testemunho. De alguém que habitou a casa antes de mim e achou que valia a pena deixar a porta aberta.)

Devo confessar — e a ironia do verbo não me escapa — que minha confessionalidade tem ossos luteranos, mas coração pietista. E mãos metodistas. E, em certos dias, olhos adventistas e ouvidos reformados. Não por ecletismo — que é o pecado favorito do pós-moderno preguiçoso — mas por algo que espero ser mais honesto: a percepção de que a *Existenz* não se resolve numa única tradição, por mais rica que seja, sem que algo se perca.

As inclinações pietistas e a sensibilidade metodista não são acidentes biográficos. São consequências diretas do que a confessionalidade não-idólatra exige. Porque quando você recusa tanto o individualismo liberal quanto o autoritarismo confessional, sobra um terceiro caminho que é, curiosamente, o mais antigo: a vida prática e comunitária como critério. Não a busca fidedigna em obedecer piamente à Fórmula de Concórdia como algo "fechado" — mas a busca de viver a fé como *Existenz*, como projeto-em-processo, como comunidade que se forma no encontro e não no regulamento.

Spener sabia. Zinzendorf sabia. Wesley — que aprendeu com os morávios o que os morávios tinham aprendido com Lutero — sabia. A fé que não se encarna em comunidade concreta, em prática concreta, em vida concreta, é abstração — por mais ortodoxa que seja no papel. Rookmaaker dizia que a arte não precisa de justificativa. Eu acrescento: a fé também não. A fé não precisa se explicar diante de nenhum tribunal epistêmico. Precisa é ser vivida. E vivida em comunhão — não em solidão heroica de quem se acha esclarecido demais para precisar dos outros.

(E aqui cabe uma menção honrosa — porque seria desonesto falar de comunhão sem nomear quem a encarna comigo. Felipe Salles eu conheço desde 2023, quando fazíamos catequese virtual com Hübner; fez profissão de fé na IELB de Sorocaba depois de mim, vindo da tradição batista, e carrega, ao seu modo, a mesma inclinação pietista e sensibilidade metodista que reconheço em mim. Hélio Dias eu conheci de fato no dia do meu aniversário de trinta e cinco anos — quando ele, Felipe e o reverendo Maycon vieram em casa. Também ex-batista, também confesso na IELB, Hélio tem uma inclinação à desmitologização bultmanniana e questiona, ao seu modo, o fundamentalismo que pode se instalar quando somos — digamos — fortemente incentivados a sermos confessionais sem perguntar por quê. Converso muito com os dois. Nos identificamos em muitas coisas, divergimos em outras, nos respeitamos em todas. Talvez porque cada um enxergue no outro, em maior ou menor grau, aquilo que nos faz sermos semi-hereges — ou, como prefiro dizer agora: confessionais não-idólatras. No fundo, respeitamos o perspectivismo religioso do outro — não como indiferença, mas como reconhecimento de que a Existenz se conjuga no plural.)

(Pensar organiza ansiedade. Nomear estrutura o caos. Teologia é engenharia de significado. — Eu escrevi isso num guardanapo, às três da manhã, provavelmente sob efeito de café e insônia. Mas continua sendo verdade. A confessionalidade é, entre outras coisas, uma forma de organizar o caos existencial sem fingir que ele não existe. A diferença entre confessionalidade viva e confessionalidade morta é que a primeira sabe que o caos continua lá — debaixo das palavras, debaixo dos credos, debaixo dos sacramentos — e que as palavras, os credos e os sacramentos não eliminam o caos, mas o sustentam. O tornam habitável. Não resolvido — habitável.)

Se há um lugar onde a confessionalidade não-idólatra é posta à prova, é no sacramento. Especificamente na Eucaristia — que é, para o luterano, o caso de teste por excelência da relação entre confissão e mistério.

A doutrina da união sacramental — a presença real de Cristo no pão e no vinho — é o ponto onde o luteranismo se recusa a escolher entre o racionalismo e o misticismo. Diferente da transubstanciação romana, que tenta explicar o mistério com categorias aristotélicas, e diferente do memorialismo zuingliano, que dissolve o mistério em símbolo puro — mera recordação, mero exercício pedagógico da comunidade —, a posição luterana abraça o paradoxo: Cristo está verdadeiramente presente — por meio de Suas palavras — sem que precisemos compreendê-lo plenamente em termos humanos. A presença é real. A explicação é desnecessária. E a tentativa de explicar já é, de certo modo, uma traição ao que se tenta explicar.

(Uma honestidade se impõe aqui: não se pode jogar Calvino no mesmo balaio de Zuínglio sem cometer injustiça teológica. Calvino não é memorialista. Defende uma presença real espiritual — Cristo realmente presente na Ceia, não corporalmente, mas de modo real e eficaz, pela ação do Espírito Santo. O fiel, pela fé, é verdadeiramente alimentado por Cristo. "Não é o corpo de Cristo que desce até nós; somos nós que, pelo Espírito, somos elevados a Cristo." A Ceia, para Calvino, é meio de graça, não mero símbolo — tudo mediado pelo Espírito, recebido pela fé. Calvino fica no meio do caminho entre Lutero e Zuínglio, mas não em cima do muro: é um meio ontológico, não diplomático. Dito isso — e com todo o respeito que a tradição reformada merece —, a posição luterana permanece, para mim, a mais radicalmente fiel ao escândalo do "isto é o meu corpo": sem espiritualizar o que Cristo não espiritualizou, sem racionalizar o que resiste à razão, sem recuar diante do paradoxo. Mas reconheço: Calvino não recuou — reposicionou. E a diferença importa. Devo dizer, com a honestidade que o ensaio exige: a posição calvinista é respeitável, escriturística e patristicamente plausível. Pode ser que ele esteja certo e eu errado. Pode ser que a presença espiritual baste. Mas algo em mim — algo que não é argumento, é instinto teológico moldado pela gramática luterana — se recusa a espiritualizar o "isto é". E eu prefiro tremer diante do paradoxo a resolvê-lo cedo demais.)

Isso ressoa com tudo o que venho dizendo. A confessionalidade não-idólatra confessa o sacramento sem domesticá-lo. Assim como confessa a tradição sem fossilizá-la. Assim como habita a gramática sem fazer dela prisão. O sacramento é — se me permitem a formulação — o ponto onde a confessionalidade se ajoelha. Onde a gramática encontra seus próprios limites e reconhece que há algo que a precede, a excede e a sustenta. Algo que não é linguagem — mas que só se dá dentro da linguagem. Lutero chamou isso de *Deus absconditus* — o Deus oculto que se revela exatamente onde menos se espera: sob a cruz, sob o pão, sob o vinho, sob a fraqueza. A *theologia crucis* aplicada ao altar.

O *Deus absconditus* não é uma falha de comunicação divina. É a condição sob a qual o encontro acontece. Deus se esconde não porque nos abandona, mas porque só sob a cruz — e não sob a glória — a liberdade humana não é esmagada. Há algo profundamente kantiano nisso, embora Lutero nunca tivesse lido Kant: o reconhecimento de que a realidade que mais importa transcende nossa experiência sensorial e nosso entendimento objetivo. O nômeno de Kant, traduzido para a teologia: aquilo que é real sem ser acessível à apreensão conceitual. A diferença é que, para Lutero, esse inacessível vem até nós — no pão, no vinho, na Palavra. Vem sem se tornar acessível. Permanece mistério mesmo enquanto se dá.

Mas — e aqui a dialética luterana mostra por que é a mais honesta das dialéticas teológicas — o *Deus absconditus* não opera sozinho. Há o outro lado: o *Deus revelatus*. O Deus que se torna acessível exatamente onde a razão desiste de procurar — na fraqueza, na carne, na cruz. Lutero insiste: Deus não se revela apesar do ocultamento, mas através dele. A cruz não é obstáculo à revelação; é o modo da revelação. Cristo é o *Deus revelatus* — não porque torne Deus transparente à razão, mas porque torna Deus encontrável na opacidade. No pão partido, no vinho derramado, no corpo entregue. A *theologia crucis* é, no fundo, a recusa simultânea de dois enganos: o de quem acha que Deus é totalmente inacessível e o de quem acha que Deus é totalmente explicável. O *absconditus* e o *revelatus* não são dois deuses — são o mesmo Deus sob dois regimes de presença. E o sacramento é o lugar onde ambos coincidem: presença real sob ocultamento real. Mistério que se dá sem deixar de ser mistério. E quem opera esse encontro — quem abre os olhos da fé para reconhecer o *revelatus* onde a razão só enxerga o *absconditus* — é o Espírito. O terceiro que não é terceiro: é o vínculo vivo entre o Pai que se oculta e o Filho que se entrega. Sem Ele, o pão é pão e o vinho é vinho. Com Ele, o mistério se dá — e a fé recebe o que não merece.

(E é precisamente aqui — neste ponto onde o absconditus e o revelatus coincidem sob a cruz — que Cristo aparece como algo que eu já tentei nomear no ensaio anterior (O que eu faço) e que continuo sem saber dizer sem tremer: a lei moral com rosto. Não a lei que esmaga, mas a que se dá inteira sem exigir pagamento prévio. Se Kant me permite a ousadia — e o Kant d'A Religião nos Limites da Simples Razão talvez hesitasse antes de dizer não —, Cristo funciona como a forma viva daquilo que o imperativo categórico só consegue enunciar abstratamente: tratar a humanidade, em si e no outro, sempre como fim. Graça como estrutura, não como sentimentalismo. A theologia crucis encontra a ética kantiana não por cima, mas por baixo — no ponto onde ambas reconhecem que a dignidade humana não é conquista. É dom.)

A distinção entre Lei e Evangelho — que está no cerne de toda teologia luterana que se preze — é, para mim, menos uma doutrina e mais uma estrutura existencial. A Lei revela a completa incapacidade de alcançar a perfeição por méritos próprios. Funciona como espelho: expõe o pecado, expõe a fissura, expõe o que Kierkegaard chamaria de desespero — o "desespero de não querer ser si mesmo" ou o "desespero de querer ser si mesmo", tanto faz, porque ambos são formas de recusar a Transcendência que nos constitui.

O Evangelho, por outro lado, proclama que Cristo já fez aquilo que nunca poderíamos fazer por nós mesmos. E aqui a coisa é brutalmente simples e brutalmente difícil ao mesmo tempo: não obedecemos a Deus para sermos aceitos. Obedecemos porque já fomos aceitos. A Graça age — você aparece. Não o contrário. Nunca o contrário. Tillich chamou isso de "aceitar ser aceito apesar de inaceitável". Lutero chamou de justificação pela fé. Eu chamo de a única frase que me impede de enlouquecer.

Kierkegaard havia mapeado essa dinâmica nos seus estágios existenciais: o estético, onde se busca beleza e prazer intelectual, mas sem base; o ético, onde a Lei confronta com a impossibilidade de satisfazer o padrão; e o religioso, onde o salto de fé reconhece que a perfeição já foi alcançada — mas não por nós. A transição do ético para o religioso é, para mim, o movimento mais honesto que a existência pode fazer: desistir de se salvar e aceitar que a salvação já aconteceu. Isso não elimina a dúvida — a incorpora na confiança. E essa incorporação é a fé. Não a ausência de medo, mas a coragem de não fugir dele.

E aqui — como no ensaio anterior (*O que eu faço*), como em tudo o que escrevo, porque aparentemente sou constitutivamente incapaz de não fazer isso — preciso virar a faca contra mim mesmo.

A confessionalidade não-idólatra corre um risco simétrico ao da confessionalidade idólatra. Se esta última fossiliza a tradição e transforma a confissão em ídolo, a primeira pode — se não for vigiada — transformar a própria abertura em ídolo. Pode fazer do "não ser rígido" uma rigidez. Do "não se prender" uma prisão. Do "habitar sem trancar janelas" uma desculpa sofisticada para nunca se comprometer com nada — para flutuar permanentemente entre tradições, colhendo o que convém e descartando o que incomoda, com uma moldura filosófica elegante que disfarça o que é, no fundo, falta de coragem para se plantar.

Eu não sei, com certeza, se escapo desse risco. Sei que o nomeio — e nomeá-lo, como disse antes, não o resolve. Mas sei também que a diferença entre a confessionalidade não-idólatra genuína e a falsa está precisamente aqui: a genuína permanece. A genuína habita. A genuína diz "eu sou luterano" — não como quem diz "eu comprei um produto", mas como quem diz "eu moro aqui". Com todas as consequências que morar implica: goteira, vizinho chato, conta de luz, manutenção. A casa não é perfeita. Mas é minha. E eu não saio dela toda vez que a torneira pinga.

Sou luterano gramatical, não magisterial. Confesso Cristo, Trindade, Graça, Ressurreição, Pecado — tudo isso em vocabulário luterano, com postura luterana, dentro de comunidade luterana. Mas não confundo fidelidade confessional com idolatria confessional. A Confissão me forma, mas não me aprisiona. Porque tradição viva resiste, não fossiliza. E isso, ironicamente, é o mais luterano possível — porque Lutero mesmo começou questionando a tradição em nome da verdade.

(Uma distinção técnica que ilumina tudo o que acabo de dizer: a teologia luterana opera com dois termos que deveriam ser tatuados na porta de toda igreja que se diz confessional. A Escritura é norma normans — norma que normatiza, regra que governa. As Confissões são norma normata — norma normatizada, regra que é governada pela primeira. A Confissão tem autoridade — real, vinculante, comunitária — mas autoridade derivada, não originária. Ela serve à Escritura; não compete com ela. Isso significa que o verdadeiro sola scriptura luterano está mais próximo daquilo que alguns chamam de prima scriptura do que da nuda scriptura — a Escritura nua, sozinha, sem tradição, sem comunidade, sem história interpretativa. Essa versão empobrecida é filha do individualismo moderno, não da Reforma. O sola nunca significou nuda. Significou: a Escritura é a autoridade última, não a autoridade única. E a diferença entre última e única é a diferença entre confessionalidade não-idólatra e biblicismo. Mas — e aqui está o ponto onde me separo, tacitamente, do confessionalismo luterano padrão — a norma normata não é, para mim, um veredicto encerrado. É um horizonte que continua se desdobrando. O confessionalismo padrão diz: as Confissões acertaram, ponto. Eu digo: as Confissões acertaram — mas o acerto é ele mesmo um processo hermenêutico vivo, não uma sentença arquivada. A diferença é sutil. Mas é onde eu moro.)

Não tenho conclusão. Desconfio de quem tem — e duplamente de quem tem conclusão em matéria de fé. O que tenho é uma posição: confessional o suficiente para não ser leviano, crítico o suficiente para não ser fossilizado. É um equilíbrio instável. É um lugar desconfortável. Mas, para mim, parece o único lugar honesto para ficar.

A minha jornada espiritual encontrou no luteranismo não uma resposta, mas uma casa. Uma casa que dialoga com minha sede intelectual e minha necessidade de transcendência. Que preserva reverência ao mistério. Que não me pede para desligar a cabeça na porta da igreja. Que mantém a tensão — produtiva, dolorosa, necessária — entre tradição e Escritura, entre comunidade e consciência, entre confissão e liberdade.

Minha conversão ao luteranismo foi ato de retorno e de avanço. Retornei ao cristianismo histórico, mas com nova perspectiva: não como alguém que busca respostas definitivas, mas como alguém que aceita a presença do mistério como algo essencial à fé. O luteranismo, com sua ênfase na união sacramental, na distinção entre Lei e Evangelho, na integração da beleza com a teologia, ofereceu-me uma forma de viver a fé de maneira reverente, humilde e livre. Um salto de fé que não eliminou as perguntas — mas que as sustentou numa confiança maior, enraizada não em mim, mas em Cristo.

A Graça age — eu apareço. E quando apareço, apareço confessando. Não como quem recita um manual, mas como quem balbucia diante do que o excede. Confessionalidade não-idólatra é isso: balbuciar dentro de uma gramática. Tremer dentro de uma casa. Crer dentro de uma tradição que eu não inventei, não controlo e não domino — mas que, por graça e não por mérito, me sustenta.

(O resto é silêncio — mas não o silêncio vazio. O outro. O que sustenta.)